

RIO GRANDE DO SUL NA COMEMORAÇÃO DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA, 1922: ENTRE O CORPO DA REGIÃO E O CORPO DA NAÇÃO*

Gerson Galo Ledezma Meneses**

Resumo

Neste artigo, mostramos que, em 1922, quando Brasil comemorou cem anos de independência, muitos problemas impediam identificar o país como um Estado nacional unido a través de laços simbólicos e/ou materiais. Ante a essa situação, o presidente Epitácio Pessoa tentou minimizar o problema propondo uma colagem entre as memórias monárquica e republicana. Analisamos o comportamento das elites do Rio Grande do Sul ante a esse discurso e a forma usada para se ligar ao Brasil, criando a imagem de Estado luso, desconhecendo suas raízes platinas.

Palavras-chave

I Centenário da Independência; Identidade; Rio Grande do Sul.

Abstract

In this article we show that in 1922, when Brazil commemorated hundred years of independence, many problems were obstructing to identify the country like a National State, when it adhered through of symbolic and/or material knots. In front of this situation, the president Epitácio Pessoa tried to minimize the problem proposing a colagem between the monarchistic and republican memories. We study which the behaviour of the elites of Rio Grande do Sul in front of this speech and the form used to connect to the Brazil, creating the image of portuguese state, not knowing his Platine roots.

Keywords

I Centenary of the Independence; Identity; Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

No dia de hoje, em que se comemora o primeiro centenário da independência do Brasil, não podemos deixar de revivescer, embora em rápido escorço, o heroísmo dos grandes vultos da história militar do Rio Grande do Sul, onde cada página é um exemplo de bravura, de abnegação, de desprendimento, de civismo; palpitando em cada uma delas a alma intrépida e cavalheiresca do gaúcho, sempre pronto a derramar o sangue, a sacrificar a vida em defesa da Pátria. (Alberto de Brito)

Quando o Brasil completou 100 anos de Independência, não existia um consenso, entre diferentes grupos políticos, literários e intelectuais em geral, para estabelecer qual era o “verdadeiro” lugar de memória da nacionalidade. Nesse sentido, a presidência de Epitácio Pessoa tentou criar uma colagem entre as memórias republicana e monárquica para unificar o país desde o pondo de vista do imaginário e do simbólico. Porém, seu papel não se limitou a esses objetivos. Sabia que um Norte e Nordeste decadentes e um Sul e Centro-Sul avançados criavam a imagem de dois países: um próspero, verde e outro seco e pobre. Várias pendências inter-estaduais ameaçavam converter o país em vários contestados. Não obstante, a proposta unificadora do presidente encontrou vários tipos de resistência. O nosso objetivo neste artigo é mostrar a maneira como, no Rio Grande do Sul, as elites ligadas ao IHG tentaram reinterpretar a história em torno da Farroupilha, para apresentar-se como um Estado ligado às raízes lusas e já não mais platinas, objetivando alcançar o poder num futuro próximo. Para colocar em andamento esse discurso aproveitaram a festa comemorativa de cem anos de Independência.

Um projeto nacional chamado memória coletiva

O presidente Epitácio Pessoa tinha consciência da insuficiência das ligações nacionais entre os estados da Federação. Pensava que o problema da pobreza em várias regiões do país, em contraste com a riqueza do Sul, poderia fragmentar ainda mais o Brasil, onde estavam se enfrentando quase todos os estados por pendências limítrofes. Teria certamente percepção de que, entre os brasileiros, não havia um exclusivo lugar de memória como data fundadora da nacionalidade; a história do país oscilava entre os lugares de memória monárquicos e republicanos, dentre outros. Fazer uma colagem entre as duas memórias foi seu objetivo, e um dos primeiros passos nesse sentido foi o decreto de 1920, pelo qual

o governo trouxe da Europa os restos mortais do imperador Pedro II e da imperatriz Isabel Cristina. A volta do Imperador significava assim, para o presidente, um símbolo de reconciliação entre o passado e o presente, na tentativa de criar definitivamente um destino comum.³ Ao Rio de Janeiro chegaram, em 1921, os despojos mortais dos imperadores Pedro II e Teresa Cristina, e, em 1922, os familiares ainda vivos, exilados na França, dando uma demonstração inequívoca de aproximação entre Império e República.⁴

Mas a unificação do país, a criação de uma consciência nacional, Epiácio Pessoa a entendia não apenas desde essa ótica, senão através da solução dos problemas da saúde pública, combate às secas do Nordeste, valorização do café, o impulso à economia nacional e um olhar mais eficaz aos estados menos favorecidos até então esquecidos pelos diferentes governos republicanos; convertendo toda uma série de problemas de caráter regional em problemas de cunho nacional. Aí estava o grande desafio do governo para o período 1919-1922. O país estava doente e havia então que agir rápido para acabar de uma vez com a imagem do Grande Hospital. Um dos objetivos do presidente seria a atenção à saúde pública, não apenas do sertão, mas de todo o interior, do litoral ainda insuficientemente cuidado e dos estados mais afastados.

Epiácio Pessoa não desconhecia a importância da campanha da Liga da Defesa Nacional incentivando o amor à Pátria nas festas cívicas. No discurso de 7 de setembro de 1919, na Biblioteca Nacional, evocou as grandes festas de antigamente, que envolviam grandes multidões de pessoas nas principais cidades do país, quando reinava a alegria e o povo sabia de memória o hino da Independência. Tudo isso fora relegado ao passado, as novas gerações haviam esquecido o hino dos velhos. Porém, a Liga da Defesa Nacional vinha tentando reviver essa tradição: “o seu programa é estimular no coração do povo o amor da pátria (...) os ideais de solidariedade humana não são incompatíveis com a idéia de nacionalidade”. Uma das metas da Liga era o aperfeiçoamento da língua nacional nas escolas estrangeiras; aliás, segundo o Presidente da República, estas não deveriam existir no território nacional e o ensino da língua dever-se-ia constituir em objetivo principal, assim como os princípios cívicos da nacionalidade. “Assim procedendo, ela (a Liga da Defesa Nacional) levará aos corações de todos os brasileiros a convicção de que só depende de nós fazer deste país enorme uma enorme nação. E assim, unidos e fortes, viveremos felizes à sombra sacrossanta da Liberdade e da Justiça!”⁵

Tendo solucionado suas pendências limítrofes com os vizinhos, a nação ameaçava explodir por dentro em várias frentes de luta entre os estados da União. Vinte e quatro contestados podiam converter o país em campo de batalha se não tivessem solução imediata. A grande diferença econômica e política entre um Sul rico e um Nordeste decadente ameaçava a integridade da nação; o presidente Epiácio Pessoa entendeu que, para acabar

com essas ameaças, deveria convocar o país para encarar problemas de caráter local ou regional como preocupações de cunho nacional. Tratava-se de cuidar primeiro do Grande Hospital, para daí estabelecer relações com os países europeus e os norte-americanos, de onde viriam os empréstimos para solucionar os graves problemas brasileiros. Tratava-se da unificação do país, não apenas do ponto de vista simbólico, porém desde a resolução de problemas tangíveis. Além das grandes campanhas pela saúde pública e pela solução das secas nordestinas, a língua e a religião, ou melhor, a cultura latina e portuguesa seriam os principais símbolos de unidade nacional.

O presidente tentou aproximar-se de seus parceiros latino-americanos para compartilhar com eles seus programas a favor de atores sociais até agora esquecidos, no momento do Centenário brasileiro; estabeleceu relações com países como o Chile e a Argentina, e com outros, para dar mais fundamento às suas concepções sobre a raça latina, entrando em choque com os princípios internacionalistas do anarquismo. Nessa empresa, contou com o apoio de importantes instituições e de grande parte dos intelectuais, aí incluídos médicos, engenheiros, políticos e jornalistas que, desde finais da Grande Guerra, estavam empreendendo uma intensa cruzada pela construção de um Brasil moderno, estimulados pela aproximação do Primeiro Centenário da Independência.

Revistas e jornais concordavam também em que o Brasil deveria construir uma nova identidade, onde estariam incluídos os sertanejos e os mestiços, assim como outros grupos étnicos até então excluídos da configuração nacional; os intelectuais empenhados no saneamento do Brasil olhavam seguramente com satisfação os esforços da presidência Epitácio Pessoa para, contrariando os grupos políticos paulistas e mineiros, atender interesses de estados onde não se concentravam as atividades fabris e cafeiras. Seu governo foi um dos mais polêmicos da República Velha, pois, ao mesmo tempo em que enfrentava poderosos interesses oligárquicos, recebia as críticas dos “tenentes” e de intelectuais que exigiam mudanças mais profundas das caducas estruturas republicanas.

Cabia à Presidência da República ocupar-se dos lugares de memória nacionais e projetá-los ao Brasil inteiro. A idéia de continuidade entre Monarquia e República concretizava-se nos monumentos e instituições nacionais, embora o papel do presidente Pessoa evidenciasse a função do governo como guardião da memória,⁶ mostramos que as elites de vários estados brasileiros, uma vez colocado em andamento o plano nacional, decidiram optar por guardar a sua própria memória, dando força à sua identidade regional e não à comunidade imaginada⁷ ou simbólica.⁸ Podemos constatar, mais uma vez, que a memória não é só coletiva,⁹ mas individual como define Alessandro Portelli¹⁰.

Os acontecimentos em torno da comemoração do I Centenário da Independência no Rio Grande do Sul não se apresentaram de forma tão diferente. Ali as elites, ligadas ao

Instituto Histórico e Geográfico, aproveitaram a festa para refazer a história da Revolução Farroupilha, fato que as havia identificado ao longo do século XIX como região separatista. Aproveitaram a festa do Centenário para identificar-se como lusos e não mais como platinos, ligados a essa região; tentaram passar uma imagem de estado que queria comungar com a República. Ser identificados como republicanos abria-lhes a possibilidade de, proximamente, tomar as rédeas do país, como acabaria acontecendo em 1930. Identificar-se com a República não significou ligar-se à proposta de Epitácio Pessoa de fazer uma colagem das memórias monárquica e republicana. Aproveitaram o discurso para enaltecer José Bonifácio, mas não os lugares de memória que evocavam a Monarquia.

Platinos ou lusitanos?

A historiografia gaúcha tem-se nutrido de duas matrizes ideológicas originadas na interpretação dos participantes dos acontecimentos narrados e posteriormente reinterpretados e incorporados à produção historiográfica regional.¹¹ Dessa maneira, podem-se identificar três momentos de definição e redefinição da identidade sul-rio-grandense: um, a princípios do século XIX, quando se tratava com naturalidade tanto as relações do Rio Grande do Sul com o Prata, como com as demais províncias brasileiras. Merecem destaque, pois foram pioneiras da matriz lusitana, as obras *Os Anais da Província de São Pedro*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, e *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública no Brasil*, de Antônio José Gonçalves Chaves.

O segundo momento surge com historiadores que valorizaram as relações entre o Rio Grande do Sul e o Prata para enfatizar a singularidade do estado e a possibilidade de sua sobrevivência sem o auxílio do Império ou da República. São representativas as obras de Alcides Lima e Assis Brasil, *História popular do Rio Grande do Sul* (1882) e *História da república sul-rio-grandense* (1882), respectivamente, e as de Alfredo Varella, entre as quais *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica* (1897). As três obras redefiniram as relações da Província com o centro afirmando a especificidade do Rio Grande do Sul, justificando a necessidade de um regime republicano e de laços federativos entre as províncias e, em graus diferenciados, destacavam as relações com a área platina.

A obra de Alfredo Varella apresentou a República como um regime que começou a germinar do modelo positivista de governo que se desenvolvia no Rio Grande do Sul. Crítico ante a política do Império, queixava-se de que a área sulina, desde os tempos coloniais, recebera apenas maus tratos da Coroa portuguesa. Como Assis Brasil, para defender a idéia de federação, Alfredo Varella reforçou a especificidade do Rio Grande

do Sul, aproximando-o da área platina. O tratamento dado ao pampa indiviso, acima das fronteiras nacionais, e às tendências separatistas da população do Rio Grande do Sul norteou sua produção historiográfica.

Por seu lado, a historiografia gaúcha de matriz lusitana sintonizou-se com a nova mentalidade impregnada de nacionalismo, obcecada pela unidade nacional. Já na década de 1920 inaugurava-se o discurso historiográfico que insistia na origem lusa do estado sulino e no sentimento de brasilidade de seus habitantes. Nesse terceiro momento, observa-se o esforço para criar uma imagem do Rio Grande que se assemelhe à do Brasil. A Revolução de 1930 levaria ao poder um presidente gaúcho, e é nesse contexto, principalmente nos anos 20, que cresce o interesse em demonstrar historicamente a identidade brasileira do Estado sulino.¹²

O elemento central da construção histórica da identidade sul-rio-grandense é a Revolução Farroupilha. Desde 1930, tornou-se insistente e sistemática a negação do separatismo e do platinismo gaúchos em relação à Revolução Farroupilha. Porém, a ambigüidade está presente até hoje. A historiografia de matriz lusitana fortaleceu-se com o concurso de representantes da matriz platina, na medida em que estes também afirmavam a origem portuguesa do Rio Grande do Sul, embora defendessem a existência de graus diferenciados de influência platina. Neste contexto, 1925 foi um ano-chave: a partir de então, todo discurso político, conferência ou trabalho historiográfico insistiria nos liames da história do Rio Grande do Sul com a história da Coroa portuguesa no Brasil.¹³

No início da década de 20, criou-se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul com o apoio do governo do estado. Na solenidade de inauguração esteve presente Getúlio Vargas, representante da Assembléia dos Deputados. Os objetivos anunciados pelos oradores foram os seguintes: interpretar a história do Rio Grande do Sul com base na idéia de nacionalidade; escrever a história das lutas heróicas sustentadas em prol das fronteiras morais e políticas da nacionalidade; os sócios da Instituição deveriam estar animados por um único sentimento, o de amor à pátria.¹⁴ As elites sulinas, interessadas na liderança política do Rio Grande do Sul, fizeram uso da história “como escudo e bandeira de batalha” para conseguir seus objetivos. As duas correntes, lusitana e platina, defenderam a partir de então uma historiografia político-ideológica de alto teor nacionalista. Dois grandes historiadores ligados à matriz platina atuantes no Centenário foram João Pinto da Silva e Rubens de Barcellos:

Ambos foram figuras de proa na década de 1920 no ambiente literário de Porto Alegre. Agruparam-se em torno da Livraria do Globo, e Augusto Meyer, literato sul-rio-grandense, identificou-os como membros do “grupo da livraria” (...). A Livraria tornou-se o local de encontros com fins literários, políticos e sociais (...) Unindo-se o local, Rua da Praia, à empresa e a seu diretor, formou-se o quadro que reunia os intelectuais e políticos de então (...) como Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, Getúlio Vargas,

Oswaldo Aranha, João Pinto da Silva, Rubens de Barcellos, entre outros.¹⁵

Esses autores inspiraram-se na obra de Alfredo Varela e foram expoentes dessa tendência que, caída em desuso, permanecia como tema de discussão na historiografia sulina contemporânea. Tanto como os historiadores da matriz lusitana, caracterizaram o Rio Grande do Sul como resultado da colonização portuguesa, porém se diferenciavam quando identificavam relações e influências platinas na sua formação. Essa aproximação com o Prata, sem importar o grau, foi motivo para que suas obras sofressem duras críticas. Numa época de intenso nacionalismo, tais influências estrangeiras soavam mal aos gaúchos e aos brasileiros, envolvidos num processo crescente de integração nacional. Sem embargo, nos discursos do Centenário, é clara a aproximação de João Pinto da Silva e Rubens de Barcellos com os discursos da matriz lusitana. Entre outras concessões, tratava-se de eliminar a memória separatista da Revolução Farroupilha.

Comemorando o centenário, mudando a identidade

A *Federação*, órgão oficial do governo do Rio Grande do Sul, compilou os discursos comemorativos do Centenário. Um longo editorial ressaltou em primeiro lugar a unidade nacional conservada nos cem anos de independência. Era clara a maneira pacífica com que se levava a cabo a Independência sem quebrar tal unidade. A história tinha que agradecer a Dom João VI e sua vinda para o Brasil, “deixando-nos ao partir, seu filho, em garantia da ordem social”. Embora reconhecendo o papel de dom Pedro I na independência, o texto destaca José Bonifácio como a figura na qual se afirmaram as tendências coletivas dos grandes rumos políticos da nacionalidade. O Patriarca tivera uma clara visão sobre o futuro nacional do país defendendo um sistema administrativo aproximado dos ideais federalistas que, sessenta anos depois, foram tidos em conta por Rui Barbosa. José Bonifácio lutara pelas idéias abolicionistas, pela colonização do Brasil com ajuda de mão-de-obra indígena e tivera a visão da capital do país no centro do sertão, de onde partissem estradas em todas as direções do quadrante nacional.

O editorial destacou a participação da província no processo da Independência: a Câmara de Porto Alegre dirigiu uma missão a D. Pedro I, instando-o a ficar no Brasil. Mais tarde, na Revolução dos Farrapos, os sentimentos republicanos

[...] revigoram-se nesta província como em nenhuma outra (...) Que havia nos pampas, já muito antes de 35, intenso apego aos ideais republicanos é afirmativa que se demonstra com irrecusáveis testemunhos da época. E só um grande, um fulgurante ideal coletivo, feito do exato conhecimento dos direitos do homem e de uma espantosa capacidade de sacrifício em prol da liberdade política seria capaz de inspirar e de animar, durante dez longos anos, aquela resistência hercúlea contra o centralismo monárquico, de tão ruinosas conseqüências (...) A semente de 35 produz os seus frutos em 89.

O editorial exaltou apenas em parte o Império, situando, por exemplo, D. Pedro II num “quadro da decadência moral”; mas reconheceu seu esforço na guerra contra o agressor Solano López. Esse ponto foi aproveitado para realçar a imagem do Rio Grande do Sul na defesa das fronteiras e não a de um estado separatista. A Guerra do Paraguai foi tratada como uma epopéia da democracia e equiparada à Revolução Farroupilha:

Coube ao Rio Grande do Sul, nesta longa e mortífera guerra, o mais pesado tributo de sangue. Osório, Marques de Souza, Andrade Neves, Câmara, são os grandes cabos de guerra que levantam a fama da bravura rio-grandense a alturas dignas dos heróis de 35.

O texto termina ressaltando o estado do Rio Grande do Sul como um das mais adiantados da Federação.¹⁶ O estado estava caracterizado como um dos principais focos das idéias republicanas, lutando contra o mau governo monárquico durante a Revolução dos Farrapos, porém sem qualquer tendência separatista; e como o grande defensor das fronteiras nacionais.

O discurso “Da história da literatura no Rio Grande”, de João Pinto da Silva, começou enaltecendo o caráter sul-rio-grandense, no qual havia predominado o espírito militar. A fronteira teria desenvolvido o instinto belicoso, sempre na defesa da linha divisória. Os portugueses, primeiros povoadores do Rio Grande do Sul, haviam sempre lutado, convertendo o Rio Grande numa zona de acampamento militar até 1895, em pleno período republicano. João Pinto da Silva identificou na composição racial do gaúcho o sangue português, hispânico, indígena e bandeirante. Comparou o gaúcho sul-rio-grandense com o gaúcho argentino e uruguaio, observando que as diferenças eram maiores do que os traços comuns. O gaúcho do Rio da Prata era fundamentalmente *peleador*, quixotesco, lutando muitas vezes pelo simples desejo de lutar contra tudo e contra todos. Abominava as autoridades, em todas as suas formas e gradações; “vive, por assim dizer, à margem da lei”. Ao contrário,

[...] o nosso gaúcho é, não há dúvida, destemido e cavalheiresco, mas não se bate, geralmente, senão urgido pelas necessidades, por instinto de conservação, quase sempre. Esse equilíbrio relativo, é claro, ele o adquiriu, por herança, do português, muito menos belicoso do que o espanhol.

A grande diferença entre gaúchos brasileiros e platinos explicaria o caudilhismo e as lutas pós-independência em que o gaúcho hispânico teria experimentado uma forma aguda de sentimento coletivo de sofrimento, não vivenciado pelo gaúcho brasileiro. O gaúcho argentino, explorado pelos governos do Prata na defesa das fronteiras com os indígenas, fora levado à anarquia e ao desprezo pela vida.

Discordando de Oliveira Viana, João Pinto da Silva via pequena influência do meio geográfico na conformação do caráter do gaúcho. A falta de florestas e caatingas não seria determinante para explicar o sentimento de fraternidade entre o estancieiro e seus peões. Um sentido democrático teria origem nas estâncias sul-rio-grandenses onde soldados e oficiais sentiam-se iguais, favorecendo a fraternidade, a lealdade, a coragem, a intrepidez, a força física, a colaboração e o auxílio, tornando o gaúcho incapaz de quaisquer forma de servilismo:

A igualdade, no pampa, não é assim exclusivamente uma imposição do meio cósmico. É, acima de tudo, o resultado inofismável da valorização dos humildes, o prêmio dos atos de abnegação cívica e da coragem militar, por eles praticados em várias e tremendas guerras.

Abordando a literatura épica do Rio Grande do Sul, lamentou que o primeiro poeta regional, Manoel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo, não tivesse cantado a gente gaúcha, “cheia de cicatrizes de golpes recebidos em mais de cem combates; nem a nossa terra, sobre a qual, no entanto, se desenrolaram lances dramáticos de incrível heroísmo”. As guerras não tinham inspirado canções heróicas e ninguém havia cantado o povo; o pouco que existia compunha quadros inexpressivos e se referia mais às Revoluções de 35 e 93 do que “aos grandes soldados que, porfiadamente, lutaram contra o inimigo externo”. Era exatamente o que o discurso queria ressaltar: a luta dos gaúchos na defesa da fronteira nacional, fixando a imagem do argentino, do uruguaio, do paraguaio como inimigos agressivos, em contraste com o gaúcho defensor da pátria brasileira. Cobrava-se assim atenção pelo sacrifício feito em defesa do Brasil, tal como no Acre, onde a festa evocou a luta contra a Bolívia. O estado fora pobre até há pouco devido às muitas guerras, incontáveis esforços e sacrifícios.

Durante o Império, o Rio Grande do Sul foi uma espécie de calcanhar de Aquiles da nacionalidade... Éramos o seu ponto vulnerável, por excelência. Sabemos todos, profundamente, o que isso nos custou, em homens e em dinheiro.

João Pinto da Silva culpou implicitamente o Império pela pobreza da Província. Até 1889, a carência de vias de comunicação dificultara o desenvolvimento econômico da região; até 1905, o crescimento do estado teria sido lento, somente nos últimos cinco anos o Rio Grande avançara significativamente.

Daqui por diante, ainda mais rapidamente marcharemos, por isso que, com a encampação do porto do Rio Grande e da viação férrea, com a construção do porto desta capital e a ampliação da rede de estradas de rodagem, dispomos, agora, de aparelhos propulsores de primeira ordem, para melhor aproveitamento dos nossos esforços e conseqüente multiplicação da nossa riqueza (...). Apelemos, com sadio otimismo, para o futuro.¹⁷

João Pinto da Silva tentou corrigir a memória gaúcha diminuindo a importância dada às guerras civis de 1835 e 1893¹⁸ e chamando a atenção para as guerras contra os estrangeiros. A geração republicana, empenhada na derrubada da Monarquia, explorara o movimento farroupilha com fins de catequese cívica e a incompreensão da Revolução acabara desenvolvendo uma falsa tradição antibrasileira. O Rio Grande do Sul nunca fora infiel ao Brasil, o Império e a República é que teriam sido injustos para com ele.

Rubens de Barcellos, membro do IHGRS, apresentou o “Esboço da formação social do Rio Grande”. Narrou a colonização do território desde Laguna até a Colônia do Sacramento: uma parte do Rio Grande do Sul, especialmente as cidades do leste, fora colonizada com pessoal dos Açores, pois os habitantes de Laguna e de São Vicente se furtavam à ordem de povoar essa região. As terras haviam sido demarcadas, dando-se aos colonos os títulos devidamente registrados e as ferramentas necessárias para começar a nova vida.

Nasceram assim os quatro núcleos de povoação mais antigos do Estado: Capela Grande de Viamão, Porto do Viamão (Porto Alegre), Rio Grande de S. Pedro e Santo Antônio da Patrulha. Ao invés do tumulto e do caos étnico das agregações humanas que se formavam ao acaso da existência abarbarada do ultramar, em que se misturavam degredados e fidalgos na mesma licença sem brida nem governo, surgiam, entre nós, corpos sociais homogêneos, organizados desde os seus primeiros fundamentos.

Esses povoados haviam se desenvolvido normalmente sob governos militares e, ao abrir-se o século XIX, já estava configurada a sociedade futura (clero, nobreza e povo). O progresso econômico incentivou a formação de grandes fazendas sustentadas pelo trabalho escravo; mas os açorianos ter-se-iam multiplicado sem mescla. Os habitantes do Leste eram disciplinados e obedientes, conservadores e respeitadores do regime português; ocorriam alguns conflitos entre os governadores – fidalgos de raça, figuras brilhantes da monarquia lusitana – e os representantes municipais, mas teriam sido apenas pequenas escaramuças. A democracia e o bom convívio teriam origem, portanto, nas cidades e não na campanha. Povo e fidalgos, descendentes de açorianos e portugueses, não teriam mácula no sangue e nos sentimentos.

Rubens de Barcellos contrapôs essa sociedade urbana à campanha envolvida nas tramas culturais do Prata, marcada pela presença de fazendeiros e peões com traços culturais ordinários ou bárbaros, acostumados com o sangue e o bramar dos bois, insensíveis à morte, parecidos aos gaúchos da Banda Oriental. As cidades do Leste, com populações mais sedentárias, mais industrialistas e comerciantes que aquelas populações pastoras, não teriam envolvimento nas guerras de 1835 e 1893:

Em 35 quase toda essa região permaneceu tranqüila, dentro da ordem legal. Estes núcleos de leste em toda a nossa história têm a função de forças de coesão nacional; são a ponte que nos prende, primeiro, à metrópole, e depois ao Império. Se a coroa

desempenhou o papel superior de conservar a integridade nacional deve-o, entre nós, ao espírito ordeiro e tradicionalista dessas populações ribeirinhas, onde pode encontrar ponto de apoio. Enquanto a campanha diferenciada gravitara com o Prata, as cidades representaram o espírito de continuidade histórica, o feito português, e depois, o feito brasileiro e nacional.

A influência atribuída ao Prata na consolidação das idéias republicanas e independentistas seria mais evidente na Campanha. “As guerras da Cisplatina tinham posto os oficiais em contato com os focos de insurgentes da Banda Oriental e de Buenos Aires, contaminando-os e aos soldados”. Nesse meio bárbaro difundiram-se os ideais de liberdade, de defesa da terra, de sentimento americano contra a metrópole. Barcellos contrapôs categorias: campanha de tendência platina e cidade de tradição metropolitana, portuguesa; caudilhos insurgentes sul-rio-grandenses contra as velhas instituições; enfrentamento entre um poder local e americano contra a civilização européia. A Revolução Farroupilha de 1835 teria marcado a luta entre as energias bárbaras pela defesa do território contra o poder dinástico. Prolongamento desse confronto seria a revolução de 93, já sob o regime republicano.

Barcellos construía sua interpretação com base nas categorias civilização *versus* barbárie consagradas por Sarmiento. Seu discurso na comemoração do Centenário é uma clara reivindicação da herança portuguesa, européia. Se o Rio Grande do Sul era considerado separatista, o problema estaria na campanha e não nas cidades litorâneas. Aí, além dos açorianos, Barcellos valorizou a presença dos imigrantes alemães e italianos, sua laboriosidade, o cabelo loiro, a persistência na fundação de riqueza:

[...] gente diversa pelo sangue e pela formação social, traziam-nos com os seus costumes nacionais a mentalidade européia, forjada na escola do trabalho (...) difundindo o espírito europeu, e, portanto, a própria civilização ocidental.

Divergindo nitidamente do discurso emitido nas outras regiões do país, onde se tentava resgatar a nacionalidade dos brasileiros, sua autenticidade, as reservas de moral, nas populações sertanejas, Barcellos afirmava que o foco da civilização estava na Europa e, portanto nos grupos de imigrantes fixados no Sul. Aproximava-se do discurso de Epitácio Pessoa na defesa da unidade nacional por meio da exaltação à herança lusa, à Monarquia e à República, porém não na valorização do sertão. O orador concluiu focalizando um tema recorrente: as vias de comunicação que, colocando em contato as cidades e a campanha, encurtariam as distâncias entre civilização e barbárie.¹⁹

O jesuíta João Batista Hafkmeyer, membro fundador do IHGRS, apresentou um “Histórico da constituição geográfica do Rio Grande do Sul” ressaltando o papel dos gaúchos na defesa das fronteiras da Coroa portuguesa e, depois, do Império, em aberta luta

com os vizinhos do Prata. Os filhos dos bandeirantes teriam sido os iniciadores da colonização do sul, acompanhados pelos açorianos. Graças à estrada ligando Laguna a Colônia do Sacramento, os sul-rio-grandenses conseguiram instalar suas estâncias. O Tratado de Madri de 1750 não eliminou os conflitos entre espanhóis e portugueses, levando as duas Coroas a tentar conquistar o Rio Grande, no caso de Buenos Aires, e a Banda Oriental, no caso dos portugueses. Narrou em seguida como a corte portuguesa vinda para o Brasil em 1808 apoderou-se da Cisplatina e pensou em anexar também o Paraguai, por conta dos interesses dinásticos da rainha Carlota Joaquina.

O discurso de Hafkemeyer também ressalta a colonização do Rio Grande do Sul pelos portugueses, que impuseram sua cultura naqueles lugares tomados aos espanhóis. Embora salientando o tema da defesa das fronteiras, não mostra apenas os vizinhos platinos como agressores; os portugueses, e depois o Império, apoderaram-se de territórios alheios.²⁰

Em “Aspectos do desenvolvimento econômico e financeiro do Rio Grande do Sul”, Florêncio de Abreu, outro membro do IHGRS, também destacou o excelente papel colonizador dos imigrantes alemães desde 1824 e dos italianos desde 1874, criticando a falta de vias de comunicação, problema não solucionado pelo Império até seu final.

A administração do passado regime perseverava, assim, num dos seus graves erros, que os governos republicanos corrigiram mais tarde, à custa de grandes sacrifícios, porventura fartamente recompensados.

Comparou dados do final do período monárquico, relativos à produção de fumo, batata inglesa, farinha de mandioca, feijão, vinho, erva-mate e tábuas com cifras de 1922, demonstrando a supremacia da República. A Revolução dos Farrapos deixara grande destruição, o gado havia sofrido grande baixa; mas ela fora

[...] a resposta aos altos impostos cobrados pelo regime monárquico; depois da paz, em 1845, não mais aparece o vexatório *quinto* sobre os couros, que passam a constituir objeto dos dízimos da exportação. Do Ato Adicional até o advento do regime republicano, prevalece o mesmo sistema tributário.

Mostrando com estatísticas a evolução da produção desde o século XVIII até 1920, Florêncio de Abreu argumentou que o Império fora um regime deficitário entre 1841 e 1889 enquanto os governo republicano estadual primava pela sua política financeira de *superavit*. Insistiu na justificação da Revolução dos Farrapos contra o sistema de governo centralizador que “asfixiava a Província”. O discurso concentrou-se na crítica ao regime monárquico, valorizando decididamente a República, reafirmando que a Revolução Farrroupilha não tivera caráter separatista; por outra parte, destacou a política republicana estadual e não o governo federal. É clara sua identificação com os governos positivistas de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros:

[...] aos beneméritos governos do novo regime estava, pois, reservada a glória de enfrentar e resolver os nossos mais palpitantes problemas administrativos, problemas a que estavam ligados os nossos mais vitais interesses coletivos e cuja solução pôde propiciar o surto desse maravilhoso desenvolvimento econômico e financeiro do Rio Grande do Sul republicano (...) adquirem assim um extraordinário relevo as figuras empolgantes de Castilhos, Borges de Medeiros e Carlos Barbosa, cuja proverbial lisura administrativa, dedicação à causa pública e peregrina orientação governativa muito elevaram o Estado, colocando-o em posição inconfundível entre as unidades da federação brasileira.²¹

Renato Costa, em “Subsídios para a história da colonização no Rio Grande do Sul”, muito crítico em relação ao período colonial e ao Império, atribui à Província o mérito de ter dado início, por sua conta, à colonização em 1850, fundando a colônia de Santa Cruz, opção aprofundada pelo governo republicano de Júlio de Castilhos:

[...] a administração republicana do Rio Grande tem mantido o seu plano de ação na política colonizadora, que inaugurou desde o começo do regime: evitar o colono engajado e facilitar por meio de estradas de rodagem e vias férreas as comunicações dos núcleos coloniais com os centros consumidores. E o êxito desse sistema é inegável.²²

Valorizava, também, os governos positivistas estaduais e não o governo federal, numa clara oposição entre o Rio Grande do Sul e o centro hegemônico do país. O fato de não serem mencionados os lugares de memória nordestinos, especialmente a Revolução Pernambucana de 1817, sugere uma clara oposição cultural. O Sul não olhava para o Nordeste na busca de mitos fundadores da nacionalidade, não somente por suas diferentes experiências de povoamento, mas também, possivelmente, pelas fortes rivalidades comerciais entre o Rio Grande do Sul e Pernambuco.

Assim, a festa escrita do Centenário colocou de manifesto os progressos do Rio Grande do Sul que contrastavam com outras regiões afastadas da civilização; progressos alcançados de forma praticamente exclusiva pelo próprio estado, graças especialmente ao regime republicano. Historiadores, acadêmicos e políticos trataram de dotar a Revolução Farroupilha de um caráter nacional, de defesa dos interesses dos brasileiros contra a má administração monárquica. Os gaúchos sul-rio-grandenses deveriam ser considerados patrimônio do Brasil, pois ninguém lutara como eles em defesa da integridade territorial do país. Os intelectuais gaúchos não identificaram sua região com a monarquia, que atacaram severamente; não veicularam a imagem de uma transição natural entre os dois regimes. A República era uma total ruptura com a monarquia caduca. Nessa coletânea de discursos do Centenário não há grandes passagens dedicadas ao Grito do Ipiranga ou a D. Pedro I. Aparecem com clareza as homenagens a José Bonifácio.

Esses intelectuais não esperavam muito do governo federal, como acontecia no Norte, no Centro-Oeste ou em Santa Catarina. O Rio Grande do Sul havia progredido e dispunha da energia necessária para tomar iniciativas próprias sem esperar soluções do Rio de Janeiro. Como vimos, vários oradores presentes na comemoração do Centenário identificaram o desenvolvimento do seu estado com os governos positivistas de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, campeões do progresso e da civilização; e olharam para a campanha com preocupação, ao deparar, cem anos após a Independência, traços da barbárie.

Criar a imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro, forte, pujante, com líderes capazes de estarem na frente do poder nacional, justificando seu esforço para alcançá-lo (...) foi a tarefa que os construtores da História gaúcha se impuseram desde a década de 1920. A produção historiográfica corrobora a afirmação.²³

Já na região de fronteira, onde conviviam uruguaios, sul-rio-grandenses, correntinos e paraguaios, trocas de tipo militar, econômico e simbólico teriam retardado a identificação com o Estado nacional brasileiro; daí a necessidade de criar mitos nacionais que com o tempo

*[...] permitieran reconocer en un uruguayo, correntino o paraguayo, un verdadero 'otro'. Un extranjero. (...) la influencia que el corredor ejerció para el fortalecimiento del regionalismo gaúcho sólo irá desapareciendo cuando ciertos procesos de alcance nacional -como la progresiva formación de una estructura política centralizada, una nueva división nacional del trabajo, o la consolidación de un sistema de escolarización uniforme- logran establecer las bases materiales mínimas para la gestación de un umbral de identidad sustentado en una memoria histórica capaz de trascender los héroes locales (...) e incorporar otros mitos fundadores más lejanos en el tiempo y verdaderamente deslocalizados.*²⁴

Por outro lado, os federalistas refugiados no Uruguai faziam oposição ao PRR desde a guerra civil de 1893-95. Durante e após o conflito, receberam apoio do governo uruguaio, de tal forma que os inimigos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros não eram apenas os federalistas, mas também os *colorados* uruguaios no poder. Diante disso, por um bom tempo, a tática do PRR fora a de cooptar os ex-inimigos *blancos* para a causa do situacionismo gaúcho e de manter o Uruguai polarizado e enfraquecido. Mantendo-se tal estado de rivalidade extra-oficial entre o governo do Rio Grande do Sul e o Uruguai, o PRR reforçara seu exército para defender-se de um possível ataque oposicionista ou mesmo de uma intervenção federal.²⁵

Considerações finais

Dessa forma, pudemos entender como as elites, ligadas ao Instituto Histórico e Geográfico de Rio Grande do Sul, comportaram-se ante a comemoração do Primeiro Centenário da Independência, em 1922. Interessava-lhes identificar-se com a festa centenária para dar a conhecer seu discurso identitário que os catalogava como republicanos, ligados ao Brasil por laços históricos comuns, por meio de raízes lusitanas e não platinas. Nesse sentido, não aceitaram discursar a favor de algum herói que lembrasse a Monarquia. Impossível mencionar Pedro I, a Regência ou Pedro II. Também não reconheceram algum tipo de ajuda ao seu desenvolvimento econômico procedente do centro, do Rio de Janeiro. Por tal motivo, o Partido Republicano Sul-rio-grandense foi homenageado nas figuras de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros; estes haviam tirado o Rio Grande do Sul da barbárie, colocando-o nos trilhos da civilização.

Podemos concluir que, no estado sulino, o plano nacional proposto pelo presidente Epitácio Pessoa, de unificação das memórias, também havia fracassado. As elites apagaram a imagem da Revolução Farroupilha como separatista discursando contra a Monarquia. Nessa instituição colocaram a causa da guerra; a Farroupilha, dessa forma, havia lutado sem descanso contra as más políticas administrativas vivenciadas no período. Assim, a Revolução não deveria ser lembrada como sinônimo de separatismo do Rio Grande do Sul, porém como mecanismo de defesa contra a Monarquia. Às elites sul-rio-grandenses era impossível estabelecer uma ponte entre Monarquia e República e fazer de conta que nada havia acontecido; impossível compartilhar da idéia de Epitácio Pessoa de uma colagem em torno das duas memórias.

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

NOTAS

* O presente texto faz parte da minha tese de doutorado: *Festa e forças profundas na comemoração do Primeiro Centenário da Independência na América Latina. (Estudos comparativos entre Colômbia, Brasil, Chile e Argentina)*. Universidade de Brasília, 2000.

** O autor é Licenciado em História pela Universidad del Cauca, Popayán; Mestre em História Andina, Universidad del Valle, Cali, Colômbia e Doutor em História pela Universidade de Brasília, UNB. Atualmente é professor de História da América, junto ao Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, UFC. E-mail: gersonledezma@yahoo.com

¹ Mensagem ao Congresso Nacional in *Obras Completas de Epitácio Pessoa*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956 tomo XVII. Despojos mortais do Imperador, pp. 205-207.

² A ex-família imperial vem assistir aos festejos comemorativos. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19-08-1922.

³ *Obras Completas de Epitácio Pessoa*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, tomo XVIII, “Liga da Defesa Nacional”, pp. 437-438.

⁴ THOMSON Alistair; FRISCH Michael; HAMILTON Paula; THOMSON, Alistair, et al. «Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais”. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 65-91.

⁵ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México, FCE., 1993.

⁶ HALL, Stuart. *As identidades culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 1997, p. 53.

⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

⁸ PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁹ “Por matriz entende-se um tipo de discurso com características comuns encontradas em um conjunto de obras históricas, cujos conceitos adquirem significados ocultos, conforme a conjuntura que se desenvolve e, por isso mesmo, mantém uma vitalidade sempre eficaz. (...) Uma das orientações identificadas denomina-se MATRIZ PLATINA e a outra MATRIZ LUSITANA. À primeira filiam-se os historiadores que enfatizam algum tipo de relação ou de influência da região do Prata na formação histórica sul-riograndense e comumente defendem que a área das Missões Orientais, com os aldeamentos jesuítas do século XVII, componha a história do Rio Grande do Sul. A outra, a matriz lusitana, minimiza as aproximações do Rio Grande do Sul com a área platina e, conseqüentemente, defende a inquestionável supremacia da cultura lusitana na região.” GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1992, pp. 10-11.

¹⁰ GUTFREIND, op. cit., pp. 9-22.

¹¹ Ibid., p. 145.

¹² Ibid., p. 23-24.

¹³ Ibid., p. 26.

¹⁴ Um século de evolução política. In: *Porto Alegre Comemorações em honra do Centenário da Independência do Brasil 1922*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d’A Federação, 1923, pp. 3-16.

¹⁵ Op. cit., pp. 45-64.

¹⁶ Esta última teria prejudicado o desenvolvimento da literatura “pelos inevitáveis repercussões econômicas, políticas e espirituais durante três largos anos de mal-estar coletivo, de angústias e sacrifícios”.

¹⁷ Op. cit., pp. 29-43.

¹⁸ Op. cit., pp. 17-28.

¹⁹ Op. cit., pp. 65-77.

²⁰ Op. cit., pp. 79-97.

²¹ GUTFREIND, op. cit., p. 22.

²² CHINDEMI, Julia Valeria. Mercaderes, soldados, espías: morbus revolucionario y frontera internacional en Río Grande del Sur (1923-1930). *Em Tempo de Histórias. Revista dos Estudantes da Pós-Graduação em História da UnB*, v. 3. p. 13.

²³ RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. “As bipolarizações políticas no Rio Grande do Sul e no Uruguai (1893-1904): um caso sui generis de diplomacia marginal”. In: LUBISCO BRANCATO, Sandra Maria e MENEZES, Albene Miriam F. (orgs.). *Anais do Simpósio O Cone Sul no Contexto internacional*. Porto Alegre, Edipucrs, 1995, pp. 47-59.